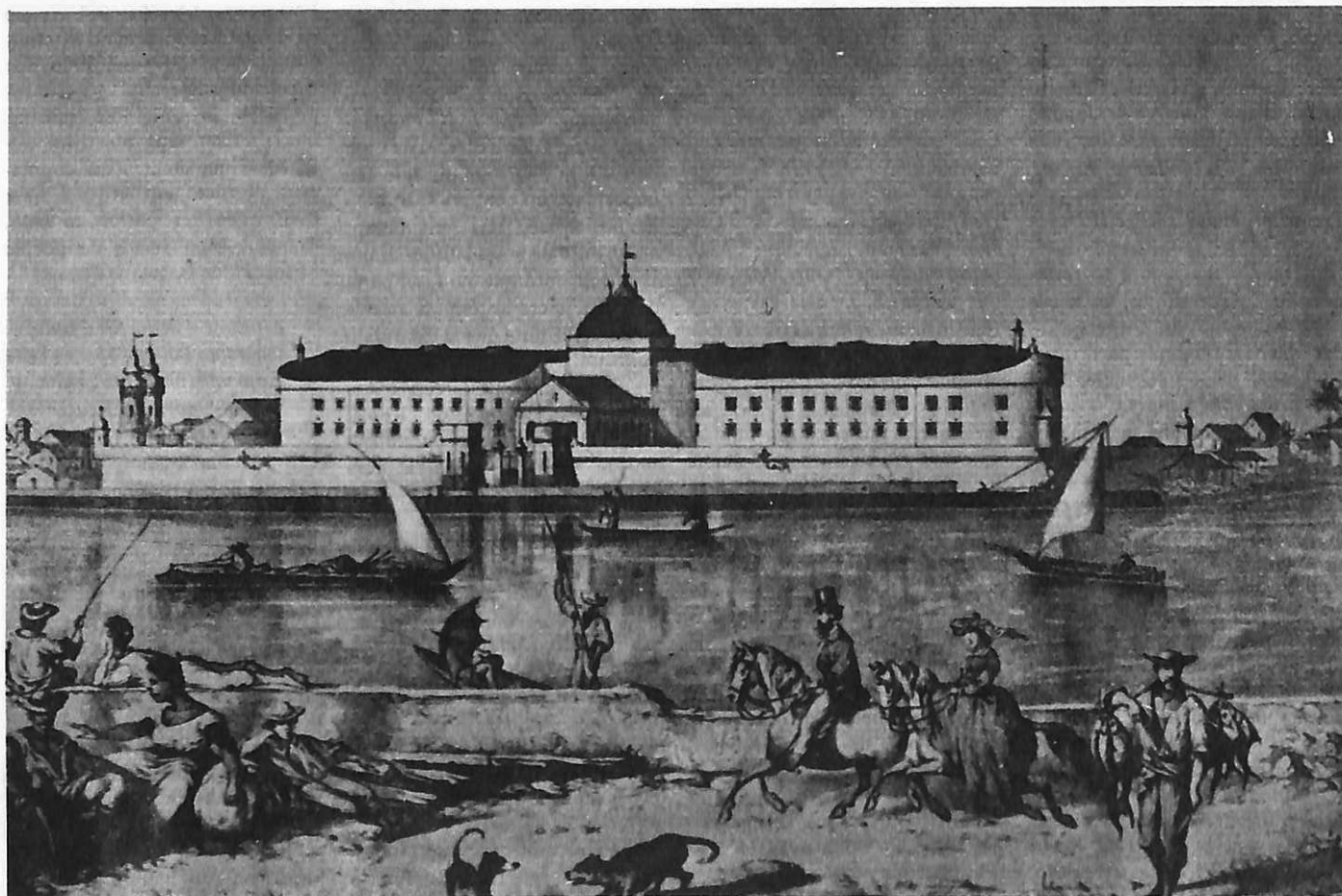


Patrimônio Cultural de Pernambuco



Narciso

COMO SURTIU A IDÉIA DA CASA DA CULTURA

CÉSAR LEAL

O plano de transformar a antiga Casa de Detenção em uma Casa da Cultura não nasceu de objetivos intelectuais estimulados por valores da tradição humanística, especialmente o humanismo judaico-cristão que prevaleceu em fins da Idade Média e inícios do Renascimento. Antes visava ao enraizamento de nossa cultura em solo próprio, mas livre de um aprisionamento à formas estreitas de consciência, assegurando aos nossos artistas – pintores, escultores, compositores e poetas – amplas perspectivas de liberdade criativa, no momento em que o país mobilizava suas forças para a formação de uma cultura autenticamente nacional.

Voltando ao tema, poderíamos formular a Casa de Detenção em uma Casa da Cultura? Acredito que poucas pessoas poderiam responder com precisão a essa pergunta. Efetivamente, talvez não chegue a dez o número daqueles que estiveram diretamente envolvidos em sua criação, ainda que a atual Casa da Cultura, assim conhecida a partir de 1975, quando se encontrava à frente do governo o Ministro Eraldo Gueiros, seja daquela que realmente foi idealizada e planejada, em todos os detalhes, no início de 1963, um mortício reflexo. Algo assim como a luz do Sol vista através da Lua: uma luz fria, melancólica e romântica, separada

De-374027
8950297

das verdadeiras fontes que alimentam a sua energia.

A idéia da Casa da Cultura nasceu no Engenho São Francisco, residência do pintor Francisco Brennand. Naquela época, ou mais precisamente a partir de 1 de janeiro de 1960, o pintor Francisco Brennand reunia todos os domingos, durante mais de 20 anos, um pequeno número de amigos para um almoço em sua residência: Tomás Seixas, Ariano Suassuna e eu. Eventualmente apareciam Aloísio Magalhães, Renato Carneiro Campos e Marcelo Carneiro Leão. Ariano, Tomás e eu, durante esse tempo tão extenso, não assumiam compromissos aos domingos. Às 11 horas o próprio Brennand vinha ao Recife para nos levar ao seu Engenho. Ali ficávamos o dia todo e só retornávamos após o jantar. Os temas centrais de nossas conversas — das quais a Déborah participava com uma percepção muito viva dos problemas culturais — eram a poesia, a pintura, o romance moderno, a força dos clássicos grecolatinos nos três gêneros basilares da literatura: a épica, a lírica e o drama. Também se discutia um pouco de política, naquilo que se relacionava à atenção dos homens do governo ao desenvolvimento, promoção e difusão das ações culturais como instrumento de formação de uma cultura nacional forte, em que a alma, o sentimento e o espírito de nosso povo ficassem firmemente retratados.

O motivo básico de nossas reuniões era o prazer de expor idéias através da conversação, atividade que Montaigne considerava como o mais proveitoso e natural exercício do espírito. “É-me a sua prática mais agradável do que qualquer outra”, dizia o autor de *Os Ensaios*, logo acrescentando: Eis por que, se me coubesse escolher, antes consentiria, penso, em perder a vista do que o ouvido ou a fala”. No nosso grupo, um homem se destacava pela arte da conversação: o poeta Tomás Seixas. Ariano Suassuna dizia que era algo de maravilhoso ouvir Bebê — como o tratam os amigos — falar sobre a arte e a literatura de qualquer época. Embora nunca haja ensinado em uma Universidade, Tomás Seixas falava sobre Cervantes ou Shakespeare com uma segurança,

de uma elegância e uma força somente comparável a de poetas como Oscar Wilde, um Pound ou um Montale. Nada de comum com tantos Karmazinov, que se consideram hábeis na conversação, mas apenas sabem fazer trocadilhos de gosto duvidoso, julgando espirituosas suas frases onde o lugar comum jamais passa pelo crivo de uma severa autocrítica.

Foi numa dessas conversas, quando se falava de algumas igrejas do Recife, que Francisco Brennand lembrou a Casa de Detenção. “É uma das mais belas criações da arquitetura pernambucana. Em 1948 — acrescentou — eu passava com Cícero Dias nas imediações do Cais José Mariano, quando Cícero parou e disse-me: “Olha, Francisco, que beleza. É o nosso Palácio de Buckingham, numa alusão à residência dos reis da Inglaterra. “Aquele prédio — dizia agora Francisco Brennand — devia ser esvaziado e em seu lugar implantado um museu com uma grande biblioteca de arte. Para o homem de cultura, preocupado com a história e o sentido espiritual que governa a vida de um povo, este edifício projetado por Mamede Ferreira não deverá continuar existindo como uma casa de detentos. Mantê-la como prisão é um erro”. Concordamos com a idéia de Francisco Brennand. Lembrei-me de *Os Demônios*, de Dostoiévski: “Sabe que eu já pensei em entregar o mundo ao Papa? Bastava que ele saísse descalço, por toda a Terra e se mostrasse ao povo: “Vede a que me reduziram”. Todos o acompanhariam, até mesmo o Exército”. Tomás Seixas, bem versado na leitura dos *Demônios*, disse-me: “Basta, César. Escute, renuncio ao Papa. Diabos levem Chigalióv! Diabos levem o Papa. É preciso arranjar qualquer coisa atual que inflame as almas”. Julgo ótima a idéia de Brennand.” Renato Carneiro Campos que estava presente e era também um excelente contador de “estórias”, hábil e inteligente, afirmou: “A idéia de Francisco podia tornar-se realidade. Tudo depende do governador.”

Dias depois Francisco Brennand me procurou para cuidarmos da elaboração de um Projeto, visando a transformar a Casa de

Detenção em Casa da Cultura. “Já conto com o apoio do adido cultural da Embaixada da França, Gilbert Braun. Temos aqui ótimas informações sobre as Casas de Cultura que o Ministro André Malraux vem implantando na França. “Não se trata de copiar o seu modelo — disse-lhe — mas de adaptar o espírito dessas criações à sensibilidade cultural de nosso povo”. Francisco Brennand argumentou: “É isso o que devemos fazer. Algo que represente a cultura brasileira e não se deixe absorver pelo fenômeno antropológico da “difusão”. Brennand julgava que a criação da Casa da Cultura não seria um fato tão importante no contexto histórico de nosso país. Mas seria muito, na história de nossa cultura. É um acontecimento que vai fazer parte de nossa micro-história. É através da micro-história que se faz a grande história de um povo. Lembrei-lhe o exemplo da Grécia e um pouco da História de Roma. Naquele dia, Francisco Brennand anotou em seu Diário (ele vem escrevendo um diário há mais de 20 anos e abrange cerca de 26 volumes): “Uma cultura própria não se edifica sem um sentimento de orgulho nacional instrumentado de tal forma e tal forma consciente que não se deixe absorver pela pressão de culturas mais fortes, pelo mimetismo, pelo desprezo aos problemas nacionais e pela admiração quase mórbida a tudo o que é estrangeiro. Isso não significa fechar nossas portas aos valores universais da cultura”.

Começamos por uma intensificação do intercâmbio com a França, através dos serviços culturais da Embaixada francesa. Ao mesmo tempo, pesquisas eram feitas no âmbito de nossa arte popular, suas criações, estudos sobre o folclore e sua relação com a arte chamada erudita. Sabíamos que os folcloristas filandeses eram os que estavam mais familiarizados com as investigações nesse domínio e até haviam provado que literatura “oral” e literatura escrita, em nenhuma época da história da cultura ocidental haviam estado dissociadas.

Corria o mês de setembro de 1963, quando certa manhã, ainda muito cedo, Francisco Brennand chegou a minha casa e logo foi dizendo: “Recebi convite do Governo para chefiar a Casa Civil,

É o momento de colocarmos em execução o plano da Casa da Cultura. Mas só atenderei ao convite se você for também para trabalharmos juntos”. Disse-lhe que aceitava o convite. Fui nomeado Assessor Técnico para Assuntos Culturais, cabendo-me substituir Brennand em sua ausência. A Casa Civil seria o núcleo de outras ações culturais, do relacionamento do Governo com as Embaixadas estrangeiras. Um meio de difundir nossa arte no exterior. No discurso de posse Francisco Brennand surpreendeu a muitos políticos presentes ao mostrar quais seriam seus objetivos, notando-se que muitas das conotações políticas atribuídas à Casa Civil iriam ser postas de lado. Concluiu com versos do poema “Ulisses”, de Fernando Pessoa:

*O mito é o nada que é tudo.
O mesmo Sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo —
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.*

No dia seguinte, Francisco Brennand mostrou-me uma relação de pessoas que podiam ser mobilizadas para fazer da Casa de Detenção um Centro vivo de artes, algo pioneiro no Brasil. Lembro-me de que Lina Bardi encabeçava a relação. Eu conhecia a senhora Bardi de alguns anos antes, quando me fora apresentada por Francisco Brennand em um dos nossos almoços dominicais. Apresentava todos os traços de uma italiana típica. Olhos grandes, cabelos muito negros, uma conversação que traduzia os traços de elegância latina tão representados na antiguidade por Suetônio. Agora ela se encontrava na Bahia, coordenando em Salvador os trabalhos de restauração do grande Solar do Unhão, onde ela própria iria inaugurar, dentro de poucas semanas a “Exposição Nordeste”, reunindo um acervo enorme de arte popular, além de pintores de todas as tendências, especialmente os jovens. Para sua inauguração, na primeira semana de novembro de 1963, o governador Lomanto Júnior, através de Lina Bardi, convidou Francisco Brennand e outras personalidades que se encontravam aqui à frente do “Projeto Casa da Cultura”. Lembro-me que da delegação de Pernambuco fazia parte o arquiteto Jorge Martins Jr., chefe da

equipe de engenheiros e arquitetos encarregada de estudar as transformações a serem introduzidas na Casa de Detenção assim como da transferência dos detentos para outro local. O secretário da Justiça, deputado Souto Dourado, era um dos maiores entusiastas do Projeto. Mas não pôde viajar conosco. A ele cabia a principal responsabilidade para a transferência dos detentos, o que muito agradava ao seu espírito de humanista, ainda não devidamente reconhecido pelos que nesta província detêm nas mãos o comando das atividades culturais.

Viajamos para Salvador de avião, enquanto Francisco Brennand e Déborah, acompanhados do casal Hilda e Marcelo Carneiro Leão, seguiram de automóvel. Em Salvador, na manhã seguinte, reunido o grupo, dirigimo-nos para o Unhão. A abertura da exposição seria na noite daquele mesmo dia. No velho Solar fomos recebidos por Lina Bardi. Estava eufórica com o trabalho realizado. Mas a exposição não havia sido completamente montada. Ela brigava com os chefes de obras, reclamava dos engenheiros, sendo que alguns reagiam de forma quase violenta. Parecendo cansada, com enormes olheiras sobreando-lhe os grandes olhos negros, cheios de brilho, refletindo aquela sensibilidade da Europa meridional, exalando da voz um hálito romano, como diria o poeta Stefan George. Uma parafernália de máquinas assobiava cortando madeira, fixando pregos; marceneiros, pedreiros, e com eles engenheiros, arquitetos, poetas, pintores, escultores, tapeceiros, jornalistas. Encontramos ali sorridente, no vigor de seus dezenove anos, aquele que em pouco tempo viria a ser um dos maiores pintores do Brasil: João Câmara.

Uma nota de angústia precedeu a inauguração da Mostra pelo governador Lomanto Júnior. Lina Bardi, tomada pelo cansaço, desmaiou minutos antes da solenidade. Isso demonstrava que trabalhar com a arte, administrá-la, é trabalho que exige muitas fadigas e não é tarefa para amadores sem conhecimento e sensibilidade. Estes resistem bem ao "stress", o que não ocorre com artistas como Lina Bardi, consciente da importância histórica do trabalho cultural que realizam.

Por isso, acredito que os artistas devem ficar na cúpula da administração das artes. Na ocasião, Francisco Brennand foi entrevistado pela imprensa. No dia seguinte, 5 de novembro de 1963, o Jornal da Bahia estampava a manchete: "BRENNAND: ARTE DO RECIFE FAZ ESCOLA". E a seguir: "A arte em Pernambuco, se desenvolve hoje dentro de um sistema de grande amplitude, já se falando em uma verdadeira Escola do Recife. O prédio da antiga Casa de Detenção será transformada em uma "casa da Cultura", onde funcionará um museu e uma biblioteca de arte". A afirmativa é do pintor Francisco Brennand — dizia o jornal — chefe da Casa Civil do Governo do Estado, que veio a Bahia chefiando a comitiva do Recife, especialmente convidada para a inauguração do Museu de Arte Popular, instalado no Solar do Unhão. Convidado pelo governador Miguel Arraes, Brennand declara que aceitou o cargo sem receio, pois quer aproveitar a oportunidade de estar um artista trabalhando junto ao chefe do executivo pernambucano para dar maior relevo aos problemas culturais, especialmente a pintura e as artes em geral. Mas adiante, Francisco Brennand declarava que o seu primeiro objetivo seria transformar a Casa de Detenção em Casa da Cultura para nela instalar um Museu de Arte Moderna e de Arte Popular, uma biblioteca especializada nos mesmos assuntos, um plano piloto para experiências artesanais e uma sala para concertos. Acrescentava que uma equipe chefiada pelo jovem arquiteto Jorge Martins Jr. já estava planejando as ações destinadas a fazer do prédio por Mamede Ferreira, uma Casa de Cultura.

Quando retomamos ao Recife, Brennand convidou Lina Bardi para assessorá-lo na elaboração do Projeto. Passava, assim, a fazer parte de nossa equipe. Logo que ela chegou, fomos fazer uma visita à Casa de Detenção: Lina Bardi, Brennand, Jorge Martins e eu. Estudamos os problemas mais importantes e imediatos. O passo seguinte foi a elaboração de um documento, onde seriam expostos detalhadamente todas as ações culturais a serem desenvolvidas. Partimos do princípio de que a cultura

brasileira devia voltar-se, primeiramente, para o conhecimento de sua realidade histórica. Embora reconhecessemos o caráter universal da cultura, no Brasil esse problema apresentava características próprias por ser um país em desenvolvimento. Isso dava a nossa cultura um caráter extremamente dinâmico. A cada dia novos objetos eram criados e deviam ser incorporados à consciência cultural da nação. Nossas atividades criadoras deviam integrar-se aos anseios de nosso povo. Deviam ser preservadas contra as forças externas, cuja pressão é muito forte, em particular nas fases de desenvolvimento industrial. Sustentávamos que o Nordeste era o centro de gravidade da cultura brasileira. Foram lembradas as lutas que travamos no século XVII contra holandeses e franceses, e como essas lutas haviam contribuído para a formação de um sentimento de busca e compreensão da realidade nacional. Em 1961, Francisco Brennand havia pintado o seu mural "Batalha dos Guararapes", com poemas meus e de Ariano Suassuna gravados nas próprias placas do painel, que tem cerca de 90 metros quadrados.

Outro objetivo da Casa da Cultura era desenvolver atividades artesanais livres de influências puramente folclóricas em seu sentido estático. O folclore é dinâmico, ele está se formando todos os dias mas só se costuma pensá-lo em outros termos. Para que essa parte fosse bem integrada aos planos da Casa da Cultura, foi convocado, um antropólogo, um especialista que já vinha fazendo algo de extraordinário nesse âmbito: Lívio Xavier Jr. Ele deu uma colaboração que nunca poderá ser subestimada. Enfim, Francisco Brennand desejava associar as atividades culturais aos objetivos de nosso desenvolvimento industrial, fazendo com que as criações da indústria brasileira fossem reconhecidos no estrangeiro como criações autenticamente nossas. Para isso era preciso compreender a importância dos motivos nacionais, sem nos prender aos elementos puramente folclóricos do contexto geo-político ou aos estilos popularescos, alienados, porque um povo só impõe sua marca cultural a outros povos quando sabe dar aos seus núcleos culturais de origem popular uma dimen-

são universalizante. Como redator do documento final, sinto-me na obrigação de afirmar que fui também o teórico de muitas idéias que iam surgindo.

Contudo, um certo vazio histórico não passou totalmente despercebido. O ex-secretário da Justiça Souto Dourado, quando a atual Casa da Cultura surgiu durante o governo do Ministro Eraldo Gueiros, escreveu no Diário de Pernambuco um artigo em que Francisco Brennand era lembrado: "Sei, porque está a vista de todos — dizia ele — e é o que importa, que a Casa de Detenção como presídio já não existe e a Casa da Cultura está prestes a inaugurar-se. Dou-me por satisfeito por haver iniciado com Brennand esse trabalho, como testemunha a imprensa da época". E mais adiante, dizia Souto Dourado: "Foi como artista, sem um traço sequer, que Brennand fez naquele momento o mais humano mural de sua vida, pela idéia que teve da libertação dos escravos da lei, daquele masmorra(..) A Casa de Detenção está a pedir que se escreva a sua história. Não urgentemente, não logo, não agora. Mas quando o tempo passar mais um pouco. A poeira sentar. Os gritos pararem no ar. Quando revistas ou perdoadas as injustiças, porventura cometidas. Somente a História poderá contar ao longo do tempo de forma limpa e impessoal, os episódios reais da Casa de Detenção, por que, convenhamos, a História não se faz incontinenti ao fato, como na literatura de cordel".

Como essas informações, acredito estar dando um testemunho válido para o futuro historiador da Casa de Detenção, na parte em que se refere à idéia de sua transformação em Casa de Cultura, fontes absolutamente indispensáveis à justiça que deverá ser feita aos seus idealizadores: o grupo do Engenho São Francisco, local visitadíssimo não só por artistas plásticos, poetas, jornalistas mas também por presidentes da República, Ministros de Estado, Embaixadores. Mas o que sempre prevaleceu foi o prazer da conversação, o debate entre um pequeno grupo de amigos, que aos poucos foi crescendo sobre temas artísticos, científicos e literários, o que fez Ariano Suassuna denominar a casa grande do engenho de "Academia dos Emparedados".

Alguns informes sobre a Casa da Cultura

MAURO MOTA

Como parte integrante do acervo do Arquivo Público Estadual, começa a ser instalado, em salas especiais da Casa de Cultura, os arquivos da antiga Casa de Detenção. Nada mais certo. Os papéis acumulados em mais de um século serão tecnicamente classificados e terão catálogo facilitante da consulta deles por criminalistas, historiadores, cientistas sociais de modo geral. Até por pesquisadores de outras áreas à maneira do que agora aconteceu, em relação ao caso João Dantas, para complemento da fatura do filme Paraíba mulher macho, já às vésperas da première.

São milhares de processos de crimes comuns, políticos ou supostamente políticos, urbanos e rurais — vejamos os do tempo da escravidão — formando um documentário quase nada conhecido dos contemporâneos diante de certas causas e formas de delitos — é óbvio que, na maioria, invariáveis — em confronto com os atuais e as variantes de julgamento impostas pelas mudanças sociais influentes na legislação penal.

Mas não só de mortes e roubos trata o documentário. Abrange as providências adequadas para reprimi-los aqui iniciadas pela construção da própria Casa de Detenção, agora Casa de Cultura. Quem foi o construtor do projeto à plena execução? Um dos mais competentes engenheiros de todos os tempos pernambucanos, nascido no bairro de Santo Antônio, no Recife: José Mamede Alves Ferreira (1820 — 1862) bacharel em Matemáticas pela Universidade de Coimbra e engenheiro pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris.

Pouca gente, recordem-se as referências de Gilberto Freyre, Olívio Montenegro e Aníbal Fernandes, associa o nome dele à obra que, em tão curta vida, realizou, em condições de perpetuação, no Recife: além da

Detenção, o Ginásio Pernambucano no seu gracioso estilo florentino, pintado exteriormente em grená, com frisos amarelos e esquadrias em cor de marfim; o Hospital Pedro II, que passaria a constituir um centro de assistência e pesquisas médicas no século passado e no atual; o cemitério de Santo Amaro e a sua capela gótica; o término do Teatro Santa Izabel, que Vauthier, por falta de dinheiro, jamais de competência, deixou incompleto quando voltou à Europa em 1846; a Estação Central; os primeiros trabalhos de escavação do porto para conter o assoreamento; projetos de pontes; a construção de cais fluviais e de estradas de penetração. Publicou o “Mapa das distâncias entre as freguesias de Pernambuco pelos caminhos mais curtos” e a “Planta da Cidade do Recife e seus arrabaldes”, sem falar-se os artigos de jornal.

Quanto à casa de Detenção — lembre-se o que sobre ela, disse Guilherme Moniz Barreto a Oliveira Lima (consta do livro de memórias do grande historiador pernambucano) ao considerá-la um dos dois lugares onde seria possível viver-se no Recife (o outro era o Hospital Pedro II) levando-se em conta os valores arquitetônicos — sabe-se que foi construída para o trânsito dos detidos até só o julgamento, e não para ser penitenciária e local de tiradas de sentenças, situação em que as necessidades e o tempo a transformaram. Mas, mesmo assim, construída com o gosto louvado pelo engenheiro Pereira Simões e pelo arquiteto Herculano Ramos em folheto de 1882: “A nossa Casa de Detenção, estudada em face da teoria da arquitetura é um dos nossos poucos edifícios, onde existe harmonia mais ou menos perfeita entre a forma adotada e a necessidade que ocasionou a construção. Há, ali, nesse ponto de vista e em relação

ao conjunto dos elementos, o caráter acertado das obras racionalmente feitas. (...) Cada elemento tem assim uma significação perante a arte; cada linha pode despertar um sentimento capaz de concorrer para o fim a que se destina a disposição geral”. (1).

Para ver o esquecimento público sobre Mamede Ferreira, bastaria registrar que até a homenagem que lhe quiseram prestar, dando o nome dele à rua do oitão do Ginásio Pernambucano com a Assembléia Legislativa saiu errada. Em vez de Mamede Ferreira, está na placa o nome de Mamede Simões, que foi um digno militar mas nada teve a ver com o Ginásio.

Mamede Ferreira foi ainda diretor da Repartição de Obras Públicas, Diretor das Obras do Porto e Deputado à Assembléia Provincial de Pernambuco de 1848 a 1849.

“Solene e pomposo — informa Pereira da Costa nos Anais — foi o ato do assentamento da pedra fundamental da Casa de Detenção. Os trabalhos começaram então com toda a atividade, sendo empregados cerca de cem operários livres, de sorte que, concluído em 1855 o raio do norte, as casas da administração e da guarda, toda a muralha de circuito do estabelecimento, bem como os dois torreões de entrada, cuidou logo o governo da transferência dos presos, o que teve lugar a 29 de abril daquele mesmo ano, e nomeou administrador do estabelecimento o major Florêncio José Carneiro Monteiro, para cujo regime baixou um regulamento provisório em 16 de agosto.

Em 1860, ficou concluído o raio do sul, e correspondentemente a varanda do observatório central, onde fica o belo santuário; no domingo 28 de outubro teve lugar a celebração da sua primeira missa; e prosseguindo as demais obras, em 1867, ficou pronto o raio de leste, e assim terminadas todas as obras de construção do belo, vasto e monumental edifício da Casa de Detenção do Recife.

Orçada a construção do edifício, segundo o seu projeto, em 1850, em 237:000\$000, a alta dos preços dos materiais e dos jornais dos operários, que então ocorreu, as alterações ampliativas por que passou o projeto na sua execução elevaram a importância das obras a uma quantia superior a 800:000\$000, mas vindo daí o edifício que faz honra a Pernambuco, que no seu gênero é, sem dúvida alguma, um dos primeiros do Brasil, e pode mesmo rivalizar

com outros de igual natureza construídos na Europa.” (2).

Nesta sequência de informes, lembre-se um dos antigos regulamentos do antigo presídio. O de 1885, por exemplo, determinava: “Nenhum preso poderá falar em voz alta nem comunicar-se verbalmente com os das outras prisões”; proibia “a entrada de bebidas espirituosas”, a menos que fosse “em casos de necessidade, justificadas com atestado do médico do estabelecimento.”. Determinava a existência, em cada uma das celas, de uma vassoura, uma mesa do tamanho proporcional ao número de presos aí contidos, e para cada um, em particular, um tamborete, uma barra com traverseiro de madeira e uma caneca para beber água.

Para que eles, os presos, passassem (no máximo, meia hora) nos corredores e pátios internos do edifício, exigia-se “licença do Chefe de Polícia”.

Horário das refeições: almoço, das 7 às 8 horas da manhã; jantar, de 1 às 2 e ceia às 5 horas da tarde. Cardápios: “almoço em cada dia da semana: 160 gramas de pão, 50 ditas de açúcar refinado de 3ª sorte e 20 ditas de café em pó; ceia em cada dia da semana: 120 gramas de pão, 55 ditas de açúcar refinado de 3ª sorte e 20 ditas de café em pó.

Durante o jantar, a deficiência era menor. Havia carne verde, carne seca ou bacalhau. Eis a ração distribuída às sextas-feiras e aos sábados: 180 gramas de bacalhau, 4 decilitros de farinha, 2 ditos de feijão, 1 centilitro de azeite de oliveira, 1 dito de vinagre. Lenha e Sal. (3)

Dois anos antes, em 1883, uma comissão de famosos médicos pernambucanos da época, Drs. Malaquias Antonio Gonçalves, João Maria Seve, João da Silva Ramos, Pedro de Athayde Lobo Moscoso e Adrião Luiz Pereira da Silva, designada “para estudar o estado sanitário da Casa de Detenção e investigar a causa da doença denominada beriberi, que ali está se fazendo em tão grande escala” — anote-se a influência no obituário da “bexiga púrpura”, apresentava ao então presidente da Província, Conselheiro José Liberato Barroso, relatório propondo, entre outras coisas:

a) reconstrução de todos os aparelhos de latrinas e o mais que lhe é relativo, providenciando-se para que haja abundância d’água para seu serviço e pronta evacuação das matérias fecais, que serão dirigidas para os encanamentos da

Pelo art. 16 do regulamento de 16 de agosto de 1855, que rege a Casa de Detenção, é permitido aos presos bem comportados trabalhar nas artes e ofícios de sua

E meteu mãos por sua conta e risco, sem qualquer ônus para os cofres públicos. Antes com benefícios para eles, pois, "em três anos, lucraram

Quando as oficinas trabalhavam regularmente, dispendia-se anualmente com a alimentação dos presos pobres a quantia de 21 contos de réis, ao passo que hoje, sendo o movimento **quase o mesmo**, monta essa despesa a perto de 60 contos. Portanto, **grava-se** anualmente com o excesso de 30 ou 40 contos de réis a contribuintes, que vivem honestamente de seu trabalho, para o fim de fornecer-se alimento a criminosos válidos, mas ociosos! Por outro lado, no tempo das oficinas, nenhum caso houve de suicídio nem de loucura, **entretanto** que, depois de suprimidas,

Nenhum ensino moral e religioso é dado na Casa de Detenção. Para suprir a falta de capelão, o Dr. Rufino de Almeida, cujos sentimentos religiosos são bem conhecidos, contratou à sua custa, um sacerdote, que residisse no estabelecimento, e se ocupasse com a instrução religiosa dos detentos.

Se, ainda naquele tempo, com uma população carcerária mínima, já se registravam "inconvenientes", imagine-se o que passou a ocorrer depois em conexão com o chamado "ritmo assustador". O crescimento demográfico geral pernambucano e, em consequência, das várias áreas de competências destituídas de qualquer ação preventiva contra os delitos iriam influir na ascensão das

Informe a V.^a Ex.^a Superior
do Thesouro Geral, devida V.^a Ex.^a e
tudo quanto se lhe offerecer a este
respeito, e segundo examinarem se em
planta, e ornamento da obra nela
entrem e attorem. E o que agora se
trata no Palácio do Gov.^o e do
em 18 de Abril findo muito conveniente quanto antes.
do de 1851 por um annotation a conclusão de attorem
do Caza de Detenção, a favor de retirar a
N.^a Oliveira entrada dos prazos no recente da qual
obra, e que canga grande mal, por isso
incluy tendo a hum de commetter a V.^a Ex.^a
e ornamento d' esta obra, e qual sendo
examinado pelo Directorio em Conselho
delibereu esta se propozesse a V.^a Ex.^a
para se esta obra fute por annotation
gas.
Des Guade a V.^a Ex.^a Direc.
Teor dos Obz. Publicz 15 de Novembro
de 1851

M.^{re} & C.^{re} J.^{re} Denton Victor & Obispo.
 Ag.^{re} Presidente de Provincia

1. *Quintar*
Juan Hernandez Alvarado

estatísticas criminais e na remessa dos réus para espaços que não podiam mais contê-los. Daí a denúncia do então Secretário do Interior e Justiça, advogado José Paes de Andrade: "Em 1871, encontramos a Casa de Detenção com mais de mil detentos — apesar de ter capacidade para conter apenas duzentos. Anotem bem: mais de mil detentos! Daí, o inevitável: o presídio transformado em antro de promiscuidade e de envilecimento dos detentos. Nele não se poderia sequer cogitar de reeducação ou de recuperação social do delinqüente, nem nada do que pudesse assimilar de uma autêntica laboratória ou terapêutica ocupacional. Dir-se-ia que era uma visão dantesca o espetáculo dos homens segregados, desumanizados ou mesmo animalizados." (11)

Não há mal que não traga um bem, a flor nasceu na lama: essa desgraça serviu de inspiração a, no respectivo setor, uma das mais importantes realizações da administração pública no governo Eraldo Gueiros: a reforma penitenciária. Reforma que levou o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, a afirmar que "Pernambuco hoje, em termos de política penitenciária, é considerado paradigma para os outros Estados da Federação."

Em pronunciamento da época, o grande juiz Antônio Luiz Lins e Barros, morto ainda na juventude, menciona as unidades e o funcionamento desse paradigma penitenciário e diz que, derrubado as muralhas da Casa de Detenção, o Governador "encerra uma época de concepções de há muito ultrapassadas pelo progresso da ciência penitenciária e(...) não abre apenas novos horizontes físicos, mas amplia a dimensão com que se deve encarar a pessoa humana — inclusive aqueles que delinqüiram, porque somente o homem delinqüente — dando testemunho de fé aos que não enveredaram pela senda do crime, e de caridade aos que incidiram na reprovação penal." (12)

Transferidos os presos para outros presídios do Estado, sobretudo o de Itamaracá, a Casa de Detenção deixou de funcionar como Casa de Detenção em 1973. Para ajustá-la ao seu novo destino, num plano de obras executado pelo custo de dez milhões e setecentos mil cruzeiros, procedentes 20% do Estado e 80% da SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República), a FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernam-

buco), de acordo com o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encarregou-se de restaurar e equipar o prédio, que é tombado, sem qualquer alteração na arquitetura primitiva (só com a indispensável de elevadores e instalações sanitárias modernas) em estilo neoclássico e abrangente de 8.200m² de área construída e 6.000m² de pátio externo ora transformado em jardins e áreas de lazer e estacionamento. A Casa da Cultura dispõe de raios com a mesma superfície. Três confluem para um "saguão central coberto por uma cúpula metálica assentada em um polígono assimétrico." O Raio Norte, com seus dois pavimentos, volta-se para o Capibaribe. No térreo, localizam-se as salas da administração da Casa da Cultura, de uma agência do BANCARPE e de outra de turismo; no superior, o Auditório Mamede Ferreira. Há três pavimentos em cada um dos outros três Raios. Antes, nesses Raios, ficavam as celas, num total de 156. Nelas, nos térreos e segundos pavimentos, situam-se agora lojas de artesanato de várias espécies e pequenos restaurantes de comidas regionais. Nos terceiros pavimentos a ocupação acha-se assim distribuída:

RAIO OESTE: Área de exposições, Galeria de Arte, Museu da Imagem e do Som de Pernambuco e Museu do Barro;

RAIO SUL: Área de Espetáculos: Teatro (Sala Clênio Wanderley), Cinema (Sala Jota Soares), Cursos de Fotografia, Cinema e Teatro; Bilheteria; Balé Tânia Trindade;

RAIO LESTE: Área de Informação Cultural; Posto do MEC/FENAME; Cursos de Entalhamento, Música, Escultura, Cerâmica, Desenho, Pintura, Salas de Aula; Museu Joaquim Cardozo;

No pátio externo, há um palco de alvenaria ao ar-livre, com 80m² de área. Nele apresentam-se, em fins de semana, variados espetáculos populares, desafios de cantadores, orquestras, corais, cirandas etc.

A Casa da Cultura promove ainda lançamentos de livros e conferências. Algumas de suas salas têm os nomes de personagens da cultura pernambucana, como Assenso Ferreira, pintor Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e Álvaro Lins, entre outros. (11)

NOTAS

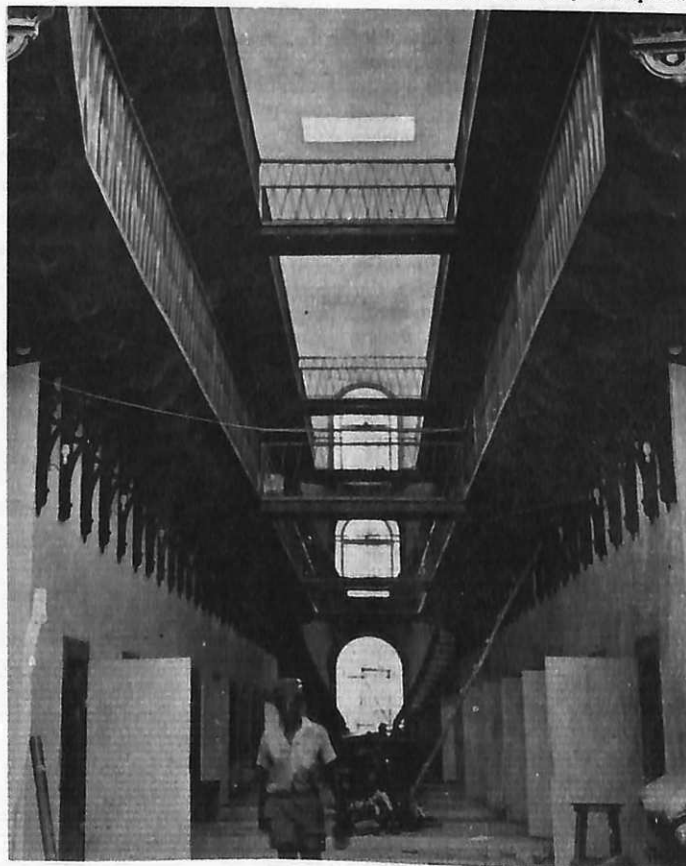
- (01) Coleção de folhetos do Arquivo Público Estadual.
- (02) Pereira da Costa, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*, vol. IX, p. 519.
- (03) Regulamento da Casa de

Detenção, 1885.

- (04) A comunicação da alínea a mostra que é bem antiga, conta, pelo menos, um século a "comemorar-se" agora, em 1983, a combatida prática de poluir o Capibaribe. O tempo aumentou-a em dimensões de escândalo público diante do estabelecimento dos "engenhos centrais", de usinas de açúcar e de outras indústrias modernas. Mas o fato é que, há cem anos, já não existia o "rio limpo" citado por diversos cronistas. Fazia-se nele a poluição, e da pior forma: com excrementos humanos. E ainda? No centro do Recife: "Ainda subsiste, continua o relatório de 1883, o cano de esgoto que é geral receptáculo das matérias fecais e que esvazia-se no rio Capibaribe duas vezes por dia por meio de comportas, enviando para os habitantes da Boa Vista insuportável quantidade de gases pútridos." Imagine-se agora o contato direto com as águas a começar dos peixes.
- (05) Essa "ração de vinho ou aguardente" iria ser eliminada pelo regulamento de 1885, que proibia "a entrada (no presídio) de bebidas espirituosas" a menos que fosse justificada com atestado mé-

dico.

- (06) José Hygino Duarte Pereira (1847 — 1901), um dos mais ilustres pernambucanos do século XIX. Eminentemente professor da Faculdade de Direito do Recife. A sua tese, *Conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?*, inspirou a prova escrita do concurso de Tobias Barreto. Foi Senador, Ministro da Instrução e Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Historiador especializado na presença dos flamengos no Nordeste, aprendeu o neerlandês para facilitar as pesquisas que realizou em documentos originais nos arquivos de Haia.
- (07) In: *Leis Provinciais*, 1836, p. 63 (Coleção do Arquivo Público Estadual)
- (08) In: *Leis Provinciais*, cit., p. 64
- (09) In: *Leis Provinciais*, cit.
- (10) Lins e Barros, Antonio Luís. "A conquista de uma infraestrutura básica de moderna ciência penitenciária". In: Andrade, José Paes de. *O nosso 14 de julho*. Recife, 1975, p. 37-38.
- (11) As informações sobre a atual ocupação da Casa da Cultura foram transmitidas pelo seu diretor, Dr. Orley Mesquita.



Narciso